

**Município de Terra de Areia**

90.256.660/0001-20

Rua Tancredo Neves 500,

TERRA DE AREIA / RS - 95535-000

(51)36661285

Requerimento

Processo: 2021/2440

Assunto: IMPUGNAÇÃO

Data de Entrada: 19/05/2021

Dígito verificador: 7037

Solicitante: 1018627 - CRISTIANO PEREIRA DE AVILA -ME

CPF / CNPJ: 29.164.256/0001-16

Identidade:

Fone Residencial:

Fone Comercial:

Fax:

Fone Celular: (51)36663171

Endereço: DINARTE ALVES

Número: 4998

Bairro:

CEP: 95535-000

Cidade: TERRA DE AREIA

Estado : RS

Setor Destino: SETOR DE LICITAÇÕES

Descrição: IMPUGNAÇÃO DECISÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2021, CFE. ANEXO.

N. Termos

P. Deferimento

TERRA DE AREIA, 19 de maio de 2021

CRISTIANO PEREIRA DE AVILA -ME





À

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA DE AREIA
EXMO. PREFEITO MUNICIPAL
SETOR DE LICITAÇÕES ILMO. SR. PREGOEIRO

Ref.: IMPUGNAÇÃO DECISÃO PREGÃO PRESENCIAL 020/2021;

Ao cumprimentá-los cordialmente, utilizamo-nos deste para apresentação de impugnação da decisão lavrada em Ata única do Pregão Presencial nº 020/2021, bem como, justificativa e pedido de reconsideração.

Do Fato:

Abaixo, passamos a transcrever o conteúdo descrito na Ata:

Foi feito o credenciamento. Após o credenciamento, foi aberto os envelopes das propostas, foi verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital, sendo declaradas válidas as propostas das empresas. Efetuada a classificação das propostas escritas, o Pregoeiro solicitou as empresas presentes a redução dos valores. Por entender que os valores ofertados pela empresa CRISTIANO PEREIRA DE ÁVILA-ME, é vantajoso ao município encerra a etapa competitiva classificando a proposta relacionada vencedora e aos objetos licitados para os itens. Procedeu-se com a abertura do envelope da documentação de habilitação da empresa vencedora no julgamento das propostas. Foi executada a conferência da documentação da empresa pelo pregoeiro e pela equipe de apoio. A empresa CRISTIANO PEREIRA DE ÁVILA-ME, foi "inabilitada" por não ter apresentado o que pede o Edital no item 6.1.6.

PREFEITURA MUNICIPAL
TERRA DE AREIA

PROTOCOLADO

Requerimento nº

EM

2490/21
19, 05, 2021

Para que se coloque com clareza a questão, trazemos abaixo também o item 6.1.6 do Edital: *Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, da sede da proponente;*

Da Justificativa:

No item 7.2 do presente Edital, fica assegurado o prazo para a empresa apresentar tal certificado de regularidade em até 05 (cinco) dias após a finalização da Ata do certame. Conforme texto da Ata na citação acima, o pregoeiro verificou a inexistência do documento do item 6.1.6 e, (verbalmente) exigiu que na sua falta, o proponente deveria apresentar outro documento vencido, ou ainda constando débitos.


Vejamos: No presente Edital, não traz esta exigência, (da apresentação de documentos vencidos ou apontando débitos) para posteriores regularização, apenas trata de assegurar o prazo do vencedor do certame para apresentação do documento (certidão) válida e regular. Ainda, devemos salientar, que a restrição apontada para a “não emissão” de tal certidão do Item 6.1.6 do presente Edital, trata-se de pendência pessoa física o que não retrata a situação da empresa, e sim, do proprietário.

De igual forma, segue anexo I tela da pendência/restrrição apontada pela Fazenda Estadual que impediu a emissão da certidão PESSOA JURÍDICA, o que em seu conteúdo, não demonstra vínculo com a PJ proponente, desfazendo a necessidade de apresentação no envelope de documentos do pregão.

Ainda neste ato, apresentamos no anexo II a CND da Fazenda Estadual emitida nesta data, certificando a regularidade da proponente tempestivamente.

Do Direito:

Isto posto, requer com base no art. 109 da Lei 8.666/93, bem como, no art. 44 da Lei 123/12/2006 o que segue:

- 
- Seja “reconsiderada a decisão do referido pregão”, considerando que reste habilitada a proponente CRISTIANO PEREIRA ÁVILA-ME;
 - Que leve-se em consideração os valores ora declarados como “vantajosos” ao município pelo próprio pregoeiro, declarando a proponente como VENCEDORA DO CERTAME;
 - Que seja observado os itens 7.2 e 7.3 deste edital, assegurando à empresa CRISTIANO PEREIRA DE ÁVILA-ME, o direito de apresentar até o quinto dia útil após a redação e conclusão da Ata, o documento exigido (CND Fazenda Estadual)
 - Que seja homologado o pregão tendo como vencedora do certame e apta a assinatura do contrato de prestação de serviços a proponente;

N. Termos

P. Deferimento



CRISTIANO PEREIRA DE ÁVILA – ME.

Cristiano Pereira de Ávila

Empresário

LEANDRO B. NEGRINI

Bel. Ciências Contábeis

CPF: 906.034.000-00

CRC/RS 055542/O

ANEXO 1

Handwritten signature

Domínio Web

X

https://fazenda.rs.gov.br/mccal

X

Sefaz RS - Receita Estadual - e-C

X

+

☆

C

:

← → ↻

sefaz.rs.gov.br/Receita/PainelUsuario.aspx

Meu Perfil - Cristiano Pereira De Avila (000.388.940-84)

Restrições (1)

Minhas Automações Eletrônicas

Minhas Procurações Eletrônicas

Caixa Postal Eletrônica (0)

Arrecadação

Solicitações de Inscrição/Alteração no CGC/IE

Relatório de Cessão

Resumo das minhas restrições

A existência de restrições aos atos abaixo impede a emissão de Certidão de Situação Fiscal Negativa:

- Você possui 1 pendência(s) de IPVA (em atraso)

Debitos

IPVA em Atraso (1)

Placa	Chassi	Anos em atraso	Marca	Renovar
JM19B85	98GKM1905C17051	2021	Gm/Correa Sedan Maxx	009492710

Destinado para PROCE-ENOS. Para mais informações consulte o Webvistor



ANEXO II

Certidão de Situação Fiscal nº 0016842724

Identificação do titular da certidão:

Nome: **CRISTIANO PEREIRA DE AVILA**
Endereço: **RUA DINARTE ALVES, 4998**
CENTRO, TERRA DE AREIA - RS
CNPJ: **29.164.256/0001-16**

Certificamos que, aos **19** dias do mês de **MAIO** do ano de **2021**, revendo os bancos de dados da Secretaria da Fazenda, o titular acima enquadra-se na seguinte situação:

CERTIDAO NEGATIVA

Descrição dos Débitos/Pendências:

Esta certidão **NÃO É VÁLIDA** para comprovar;

- a) a quitação de tributos devidos mensalmente e declarados na Declaração Anual de Simples Nacional (DASN) e no Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (PGDAS-D) pelos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;
- b) em procedimento judicial e extrajudicial de inventário, de arrolamento, de separação, de divórcio e de dissolução de união estável, a quitação de ITCD, Taxa Judiciária e ITBI, nas hipóteses em que este imposto seja de competência estadual (Lei nº 7.608/81).

No caso de doação, a Certidão de Quitação do ITCD deve acompanhar a Certidão de Situação Fiscal.

Esta certidão constitui-se em meio de prova de existência ou não, em nome do interessado, de débitos ou pendências relacionados na Instrução Normativa nº 45/98, Título IV, Capítulo V, 1.1.

A presente certidão não elide o direito de a Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul proceder a posteriores verificações e vir a cobrar, a qualquer tempo, crédito que seja assim apurado.

Esta certidão é válida até 17/7/2021.

Certidão expedida gratuitamente e com base na IN/DRP nº 45/98, Título IV, Capítulo V.

Autenticação: 0026719938

A autenticidade deste documento deverá ser confirmada em <https://www.sefaz.rs.gov.br>.


INSTRUMENTO PARTICULAR DE PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: **CRISTIANO PEREIRA DE AVILA ME**, empresa estabelecida na Rua Dinarte Alves, nº4998, bairro centro, na cidade de Terra de Areia/RS, inscrita no CNPJ sob nº 29.164.256/0001-16, representada neste ato pelo Sr. **CRISTIANO PEREIRA DE AVILA**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado em Terra de Areia/RS, portador da Cédula de Identidade nº 1070982606 SSP/RS, inscrito no CIC sob nº 000.388.940-84.

OUTORGADOS: **LEANDRO BOBSIN NEGRINI**, brasileiro, casado, Bel. Ciências Contábeis inscrito no CRC/RS sob nº 55.542, residente e domiciliado em Terra de Areia-RS, portador da Cédula de Identidade nº 8063288446, inscrito no CIC sob nº 906.034.000-00 e **RENATA GONÇALVES DA COSTA**, brasileira, solteira, secretária, residente e domiciliada em Terra de Areia/RS, portadora de cédula de identidade sob nº 8113151371 SSP-RS, inscrita no CPF sob nº 028.720.930-01.

Pelo presente Instrumento particular de Procuração, o **Outorgante** dá ao **Outorgado**, plenos e totais poderes para o fim especial, de representá-lo perante a PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA DE AREIA, podendo para tanto entregar, receber e assinar documentos, pagar taxas, multas e impostos, negociar valores e prazos, efetuar e assinar pedidos de parcelamentos, tendo, enfim os mais amplos e ilimitados poderes ao fiel cumprimento do presente mandado, podendo inclusive substabelecer a presente, com ou sem reserva de poderes.

Terra de Areia, 19 de maio de 2021.



CRISTIANO PEREIRA DE AVILA
Outorgante

PROIBIDO PLASTIFICAR

Ao Setor de Licitação.

Em 19-05-21

Viente da Comissão.

Encaminho ao jurídico para análise.

Em 19/05/2021.

Thais Machado

THAIS MACHADO
Agente Adm. Auxiliar
Matricula 829115

PROTÓCOLO GERAL



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA DE AREIA**

ASSESSORIA JURÍDICA

**PARECER JURÍDICO 309/2021
REF. PROCESSO Nº 2440/2021**

**EMENTA: Recurso Administrativo contra decisão da digna
Comissão de Licitação.**

RELATÓRIO:

Trata-se de recurso administrativo contra decisão da Comissão de Licitação que manifestou-se nos seguintes termos:

“[...] e a empresa CRISTIANO PEREIRA DE AVILA - ME, foi inabilitada, por não ter apresentado o que pede o edital no item 6.1.6l. [...]”.

O edital do pregão presencial nº 020/2021, em seu item 6.1.6 aduz que:

6 – DA HABILITAÇÃO:

(...)

“6.1.6 *Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede do proponente;*”.

O artigo 3º da Lei de Licitações preleciona que tanto a Administração Pública como os interessados ficam obrigados à observância dos termos e condições previstos no Edital.

O Edital da licitação em análise, por sua vez, é claro:

7 – DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE:

(...)

“7.2 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA DE AREIA**

débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa”

Saliente-se que a LC nº 123 de 14 de dezembro de 2006 é claro nos casos em que a Empresa tem que apresentar a documentação traçada no Edital, *verbis*:

Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis no 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.

Art. 43. *As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, **deverão apresentar toda a documentação exigida para e feito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista**, mesmo que esta apresente alguma restrição. (Redação dada pela Lei Complementar nº 155, de 2016) Produção de efeito*

§ 1º *Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)*

Tal disposição rechaça quaisquer argumentações aventadas pela Recorrente. Há que se ressaltar que o edital é a lei interna do certame e vincula as partes. Como ensina DIOGENES GASPARINI:

“[...] estabelecidas as regras de certa licitação, tornam-se elas inalteráveis a partir da publicação do instrumento convocatório e durante todo o procedimento” (in GASPARINI, Diogenes. Direito Administrativo. 13ª edição. Editora Saraiva. 2008, p. 487).

Analisando o processo, verifica-se que a empresa Recorrente foi inabilitada no procedimento licitatório por não apresentar documentos indispensáveis em sua habilitação.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA DE AREIA**

Diante do exposto, opino pelo **indeferimento** do presente recurso administrativo, sendo mantida a inabilitação da empresa ora Recorrente.

É o parecer. S.M.J.

À Comissão.

Terra de Areia, 20 de maio de 2021.


Ronaldo dos Santos
OAB/RS 53.951